

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

CONSULTA PRÉVIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – REDE SECUNDÁRIA

PROC. SACP N.º APROV_733/2022

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim a contratação de serviços de limpeza/gestão de faixas de gestão de combustível – rede secundária – rede viária, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com a entrega dos bens, ou com a prestação dos serviços, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **150 dias**, contados da receção da devida requisição externa, ou assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos;

Artigo 3.º Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual terá como parâmetro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de **35.000,00€**, a que acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 6.º

Pagamentos

Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados no prazo de **60 dias** após a entrega das faturas, as quais só podem ser emitidas após o cumprimento da obrigação a que se referem.

Artigo 7.º

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

administrativo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 9.º

Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 10.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim a contratação de serviços de limpeza/gestão de faixas de gestão de combustível – rede secundária – rede viária, em conformidade com as características e especificações indicadas no artigo seguinte.

Artigo 11.º

Mapa de quantidade

Código	Designação	Unidade	Qtd
1	Prestação do serviço de limpeza/gestão das faixas de proteção de 10 metros de cada lado das vias identificadas na cartografia em anexo numa área aproximada de 26,14ha.	vg	1

Artigo 12.º

Enquadramento

As redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) integram, entre outras, as Redes de faixas de gestão de combustíveis;

As faixas de gestão de combustíveis podem constituir-se em redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar, designadamente:

- diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

c) isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As redes secundárias de faixas de gestão de combustível, de interesse municipal ou local, e, no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas, cumprem as funções referidas nas alíneas b) e c):

Artigo 13.º

Áreas a intervencionar

1. Em cumprimento do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 15.º do Decreto-lei n.º 124/2006 na sua redação atual, e do n.º 3 artigo 153.º da Lei n.º 114/2017, deverá promover-se a instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, faixas de gestão de combustível (rede secundária), numa largura não inferior a 10m nas vias contantes do caderno **ANEXO A - Especificações técnicas**, que se anexa.

LOCAL	ÁREA
Carvalhais	4,76
Germinade	1,69
Pesos	7,10
Pinho	6,73
Valadares	5,86
<u>ÁREA TOTAL</u>	<u>26,14</u>

2. É da responsabilidade do adjudicatário a remoção e encaminhamento dos sobrantes finos provenientes da limpeza.

3. O material com valor económico deve ser empilhado para fácil remoção pelos seus legítimos proprietários, o que deverá acontecer no prazo máximos de dez dias úteis após o seu corte.

4. Decorrido aquele prazo, todo o material com valor económico (troncos), não removido pelos seus legítimos proprietários deverá ser transportado pelo adjudicatário e depositado em local a designar pelo Município, o qual não deverá distanciar-se mais de 5km da zona de intervenção.

Artigo 14.º

Conformidade e Garantia Técnica

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar ao Município de São Pedro do Sul em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 15.º **Encargos Sociais**

O Prestador de Serviços ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

O Prestador de Serviços obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal que tenha a seu cargo, sendo da sua conta os encargos que daí advenham.

Artigo 16.º **Seguros**

O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal em conformidade com o disposto nas cláusulas seguintes.

As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais;

As condições acima estabelecidas abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados, tarefeiros;

Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do prestador de serviços.

Artigo 17.º **Prestação do serviço**

Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço que não excluídas pelo CE, serão da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º **Código CPV**

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- **77231000-8 Serviços de gestão florestal**

Artigo 19.º **Legislação aplicável**



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março e pelo artigo 21.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, agosto de 2022